



**Superintendência da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde
Núcleo de Planejamento e Avaliação
Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES/CIB-TO**

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO – CIES

1 Ata da primeira Reunião Ordinária da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES) da
2 Comissão Intergestores Bipartite (CIB)/TO do ano de 2012, realizada aos quinze dias do mês de
3 março de dois mil e doze, às nove horas e vinte minutos, na sala 05 da Superintendência da
4 Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde (SETSUS) em Palmas, Tocantins. Tendo como
5 pauta os seguintes assuntos: 1. Leitura, pactuação e aprovação da pauta; 2. Observações de
6 alterações e aprovação da ata de reunião de dezembro de dois mil e onze (2011); 3. Momento
7 Formativo: 3.1. Portaria GM/MS/Nº 1996/2007 - Apresentação do quadro de atribuições de
8 cada instância – Expositora: Sra. Linvalda Henriques de Araújo - SETSUS; 3.2. Política de
9 Educação - atribuições de cada nível da federação – Expositora: Sra. Patrícia Tozzi - Conselho
10 Estadual de Educação do Tocantins - CEE-TO; 4. Apresentação do demonstrativo dos recursos,
11 saldos e rendimentos dos Planos de Educação Permanente (PEP) 2007, 2008, 2009 e 2010 –
12 Solicitante: Sra. Linvalda Henriques de Araújo - SETSUS /Expositora: Sra. Elexsandra Nascimento
13 Responsável pelo Núcleo Administrativo e Financeiro - NAF; 5. Apresentação de critérios para a
14 elaboração do Plano de Ação Regional de Educação Permanente em Saúde (PAREPS) –
15 Solicitante: Sra. Linvalda Henriques de Araújo - SETSUS/Expositor: Sr. Henrique Médi -
16 Técnico do Núcleo de Planejamento e Avaliação – NPA/SETSUS; 6. Oficinas de Práticas de
17 Educação Permanente da Comissão Intergestores Regional- CIR Médio Norte –
18 Solicitante/Expositora: Srtª. Talita Tenório – Técnica da Secretaria Municipal de Araguaína-TO;
19 7. Apresentação das adequações do Plano de Curso de Auxiliar de Saúde Bucal-
20 Solicitante/Expositora: Janay Keren – Técnica da Coordenação de Cursos Técnicos -
21 CCT/DEP/SETSUS; 8. Apresentação da mudança na modalidade do curso de Complementação
22 de Estudos de Auxiliar e Técnicos de Enfermagem da Estratégia de Saúde da Família (ESF) de
23 presencial para ensino a distância-EAD – Solicitante/Expositora: Inez Gonçalves – Diretoria de
24 Educação Profissional-DEP/SETSUS/SESAU/TO; e 9. Apresentação de projeto para repactuação
25 de recursos do PEP – Fortalecimento das Ações da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU-TO

para o desenvolvimento da produção de conhecimentos técnico-científicos na área de saúde voltados para o SUS-TO – Solicitante/Expositora: Karina Maschhietto - Coordenadora da Ciência Tecnologia e Inovação em Saúde – CCTIS/DGES/SETSUS/SESAU-TO. 10. Elaboração do Calendário 2012 – Solicitante/Expositora: Márcia Valéria R. de Queiroz Santana - Responsável pelo Núcleo de Planejamento e Avaliação – NPA/SETSUS/SESAU/TO; 11. Informes: a) mudança na representação da Superintendência de Atenção a Saúde (SAPS); b) resposta da SETSUS/DEP à Secretaria Executiva da CIES sobre Parecer sobre o Curso de Saúde Bucal para CIR Médio Araguaia – Município Ananás e a oficina PAREPS. 12. Solicitação de Inclusão de pauta: 12.1. Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET Saúde – Solicitante: Samuel Braga Bonilha, Secretário de Saúde do município de Palmas-TO/Expositora: Sra. Juliana Bruno – SEMUS/Palmas-TO e o Projeto Educacional de Qualificações para a o Plano de Redução da Mortalidade Infantil no Tocantins 2012 – 2015 – Solicitante: Morgana Martins dos Santos/Expositora: Anna Crystinna Mota Bezerra. A reunião conduzida pela Secretária Executiva, Sra. Márcia Valéria R. de Queiroz Santana CIES/NPA/SETSUS/SESAU, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos os participantes e desejou-lhes um bom trabalho, prosseguindo com a leitura dos assuntos que seriam abordados durante a reunião para a aprovação dos membros. Durante a leitura, a representante da CIR-Médio Araguaia – Sra. Noledir solicitou mudança de horário para a apresentação do projeto de oficinas de práticas de Educação Permanente. Com a alteração a pauta, quando foi suprimido o item 9. Apresentação de projeto para repactuação de recursos do PEP – Fortalecimento das Ações da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU-TO para o desenvolvimento da produção de conhecimentos técnico-científicos na área de saúde voltados para o SUS-TO – Solicitante/Expositora: Karina Maschhietto - Coordenadora da Ciência Tecnologia e Inovação em Saúde – CCTIS/DGES/SETSUS/SESAU-TO, a pauta foi aprovada por todos os membros presentes. Com as devidas alterações observadas e propostas foi aprovada a Ata da reunião ocorrida em dezembro de dois mil e onze (2011). Prosseguiu-se a reunião, com a fala da Superintendente da Escola Tocantinense do SUS – SETSUS - Sra. Linvalda Henriques de Araújo que agradeceu a presença de todos e afirmou que a reunião não é só dos membros da CIES, mas um fórum de trabalhadores da saúde. A Superintendente solicitou à Secretária Executiva da CIES, Sra. Márcia Valéria para conduzir a apresentação das Comissões Integrestores de Saúde (CIRs) presentes na reunião, sendo presentes os representantes das CIRs: Médio Araguaia, Capim Dourado, Extremo Sudeste, Portal do Bico, Miracema e Porto Nacional. A Sra. Linvalda Henriques iniciou

58 a sua apresentação sobre o tema Educação Permanente (EP) e utilizou como referência a fala
59 da Diretora de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde/MS - Ana Stela Haddad que cita como
60 questão chave ou o “nó” da Política de Educação Permanente (PEP), a gestão. Enfatizou a
61 Regionalização e a territorialização para execução dos processos educacionais, o mais próximo
62 possível da realidade. Citou as diretrizes e princípios para a operacionalização do SUS. Expôs o
63 conceito de EP, mencionou a fragilidade da Gestão e o fortalecimento da parte pedagógica,
64 lembrou que a SETSUS tem *expertise* para trabalhar as Concepções Pedagógicas e o que precisa
65 é fortalecer a gestão dos processos educacionais. Apresentou o quadro das instâncias:
66 Comissão de Integração Ensino-Serviço - CIES, Comissão Intergestores Bipartite - CIB, Comissão
67 Intergestores Regional - CIR e Conselho Estadual de Saúde - CES suas atribuições e
68 responsabilidades na condução da Política de Educação Permanente em Saúde, conforme a
69 Portaria GM/MS/Nº. 1996/2007. A Sra. Linvalda Henriques relatou ter aceitado o cargo de
70 gestora da SETSUS com intuito de colocar a Política de Educação na Saúde (PNEP) “na rua”.
71 Durante a exposição foi feita uma reflexão com relação à participação das CIRs no evento,
72 chegando à conclusão que apenas 40% das CIRs estavam presentes. O Sr. Eduardo Carneiro
73 citou que 60% de ausência é considerável, significa dizer que 50% da população tocantinense
74 não está sendo representada nesta reunião. A Superintendente falou sobre as futuras reuniões
75 que deveriam acontecer por região (CIR), e que todos os representantes da CIRs deveriam se
76 fazer presentes na região onde ocorrer o evento. A Secretaria Executiva da CIES, Sra. Márcia
77 Valéria solicitou a fala para chamar a atenção das CIRs presentes para a importância de
78 publicizar os assuntos tratados nas reuniões da CIES às CIRs ausentes. A Sra. Patrícia Tozzi –
79 CEE-TO reiterou a importância da produção do conhecimento com compromisso e
80 responsabilidade. O Sr. Getúlio – SINTRAS reforçou a ideia de divulgar a Política de Educação
81 Permanente. A Sra. Linvalda Henriques destacou a importância do papel das instâncias, que não
82 são espaços de execução e sim local de debates. E lembrou que as instâncias não podem
83 receber recursos financeiros. A Sra. Maria Antônia-CIR Miracema questionou sobre o calendário
84 das reuniões da CIES e falou sobre a importância de uma Agenda Única da SESAU. Citou que as
85 mudanças dos gestores são constantes e não tem como ficar esperando, precisa que seja
86 elaborado o PAREPS ainda no primeiro semestre. Em seguida, a Sra. Patricia Tozzi CEE-TO
87 iniciou sua apresentação resgatando a Constituição Federal de 1988 para falar das atribuições
88 de cada nível da federação no que se refere à educação. Citou as responsabilidades em cada
89 esfera de governo, trazendo à tona, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

Relatou também sobre a miscelânea de instituições de ensino de nível superior existente e que o Ministério da Educação e Cultura (MEC), responsável pelo credenciamento dessas instituições, estabeleceu um tempo para que as mesmas se adequem conforme normas exigidas. Discutiu-se sobre a inserção e viabilidade da Escola Tocantinense de Saúde “Dr. Gismar Gomes” (ETSUS) oferecer um percentual para alunos da comunidade nos cursos de educação profissional técnica. A Sra. Fabíola Sandini – Secretária Geral de Ensino/SETSUS perguntou se teria uma legislação que respaldasse esse processo. A Sra. Patrícia respondeu que não tinha conhecimento, informou que a Sra. Frances no Conselho Estadual der Educação - CEE-TO é a assessora para este assunto. A Sra. Socorro Modesto – Técnica da Diretoria de Educação Profissional - DEP/SETSUS questionou se não seria o Regimento Interno a respaldar esse processo. A Palestrante reiterou a importância de procurar a Assessora Frances no CEE-TO. A Sra. Ludmila Monturil – Diretora de Gestão e Regulação do Trabalho – DGRT lembrou que em função do modelo de gestão da ETSUS ser anteriormente como Autarquia era possível essa abertura à comunidade e que com a fusão e mudança, atualmente não poderia por ser estrutura administrativa da Secretaria de Saúde. A Sra. Márcia Valéria reiterou ser um processo bastante polêmico e retomando a fala, a palestrante, Sra. Patrícia Tozzi continuou abordando sobre as responsabilidades da Educação Básica e sobre a Resolução nº 01 de 08 de junho de 2007, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização. A representante da CIR Médio Araguaia- Secretária Municipal de Saúde de Ananás, Sra. Noledir Solange dos Santos indagou à palestrante se uma Escola Técnica de Saúde pode ofertar cursos de especialização para nível superior, a palestrante foi categórica ao responder que não pode ofertar tais cursos. O Sr. Getúlio de Sousa – SINTRAS-TO questionou porque a Universidade do Oeste do Paraná (UNOPAR) foi autorizada para o funcionamento aqui no Tocantins e só foi credenciada após término do curso e o Diploma foi expedido como o curso teria sido realizado em Londrina/PR. A palestrante relatou ter pólos já credenciados e que é necessário à conclusão de uma turma para se efetivar o credenciamento. O Sr. Getúlio também citou ser conselheiro do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) e perguntou se os pólos do IFTO são credenciados e se podem fazer convênios. A Palestrante informou que os pólos são autorizados. A Sra. Wilma Gomes-FUNTROP questionou como ficariam os cursos de Mestrado da Fundação com essa última Resolução do MEC. A Sra. Patrícia Tozzi reiterou o tempo dado pelo MEC para as instituições se adequarem à nova norma. Às onze horas e trinta minutos (11h30’), a Secretária da CIES- Sra. Marcia Valéria expôs a necessidade de apresentar o item de

pauta “Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde – PET saúde” ainda no período matutino, e perguntou se a plenária concordaria ou não pela apresentação, tendo em vista já estar próximo do meio dia (12 horas), horário de encerramento das atividades no período. A Plenária optou pela apresentação ainda no período matutino. A Sra. Juliana Bruno, expositora do tema, iniciou apresentando o plano integrado das atividades (ensino-pesquisa-extensão), o cronograma e toda a proposta do PET saúde; relatou sobre os oito (08) projetos de pesquisa que são: 1. Saúde da Criança, 2. Saúde Mental, 3. Saúde do Adulto, 4. Acolhimento com classificação de risco, 5. Educação Popular, 6. Análise dos fatores de riscos no trânsito, 7. **Descarte de Medicamentos**, e 8. Perfil Epidemiológico das Doenças Transmissíveis. A apresentadora relatou que o projeto abrangerá um grande número de sujeitos. A Sra. Márcia Valéria Santana solicitou a Sra. Juliana Bruno a apresentação também da planilha financeira que foi prontamente atendida. A Superintendente da SETSUS fez algumas considerações e pontuou que como representante da SETSUS e da CIES, ser muito complicado aprovar um projeto sem o devido conhecimento prévio do mesmo. Citou como exemplo o PAREPS como construção coletiva. Relatou que a CIES não pode servir de “*trampolim*” para mera aprovação de projetos sem devido conhecimento do mesmo. Disse ser necessário respeitar e honrar as instâncias de aprovação dos projetos, a CIES/CIB, CIR e CES. Relatou desconhecer o projeto e que o município de Palmas vem executando o PET saúde desde ano de dois mil e dez (2010), e que, portanto não justificaria a apresentação do projeto apenas no momento da aprovação. Reiterou o papel da CIES. A Sra. Juliana Bruno respondeu que **apesar da portaria ser de dezembro, o município dependia do Grupo Pró-Saúde, em que a UFT é responsável**, e que não foi possível o projeto chegar em tempo hábil para que todos os atores envolvidos conhecessem o teor do mesmo. A Sra. Linvalda Rodrigues falou que não estava ali para prejudicar aprovação do projeto, mas citou ser necessário fazer alguns encaminhamentos: enviar o projeto para todos os membros terem conhecimento do teor do projeto, assim como monitorar o mesmo. A Sra. Andrea Siqueira reforçou a última fala e enfatizou a relevância do projeto e ser necessário emitir um *feedback* para a comunidade. A Sra. Juliana Bruno informou que a Diretoria de Gestão e Educação na Saúde (DGES) estava participando das reuniões sobre o PET Saúde no ano de dois mil e **onze (2011)** e que no momento estavam reorganizando a agenda para participação de todos. Relatou também que o projeto fica sob a coordenação do professor **Flávio** da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A Sra. Juliana Bruno apresentou o detalhamento da planilha financeira. A Sra. Márcia Valéria Santana questionou sobre a seleção

de tutores se já tinha ocorrido, sendo informada pela Sra. Juliana que a UFT indica os tutores e a Secretaria Municipal de Saúde de Palmas/TO indica os preceptores e que as modificações serão realizadas durante o processo de execução do mesmo. O Sr. Andreis Vicente da Costa, responsável pelo Núcleo de Interação Ensino Serviço NIES/DGES/SETSUS, também reiterou a fala da Sra. Linvalda Henriques questionando sobre as ações de extensão e informou que deveriam ser encaminhadas para o DGES. Logo após todos os debates e esclarecimentos sobre o PET Saúde foi consensuado levar o projeto com ressalvas acima citadas, ao consenso à tarde, após o almoço, uma vez que havia um número muito pequeno de membros da CIES, devido ao horário – 12h45min. Depois do intervalo de almoço deu-se continuação ao processo, exatamente às quatorze horas e trinta minutos. A Sra. Márcia Valéria resgatou o debate do final da manhã, referindo-se à apresentação sobre PET Saúde e colocando o tema em relevância para consenso entre os membros da CIES, sendo que todos se demonstraram favoráveis, e, apenas o membro Sr. Getúlio de Sousa –SINTRAS não se mostrou favorável. Passou-se a outro ponto de pauta. A Secretaria Executiva da CIES no início da apresentação da Sra. Elexsandra – Responsável pelo Núcleo administrativo e Financeiro (NAF) referente aos recursos, saldos e rendimentos dos Planos de Educação Permanente (PEP) dos anos de 2007, 2008, 2009 e recursos dos PEP 2010 e 2011, informou que todos os Termos de Referência foram encaminhados para abertura dos processos e que estão disponíveis no Núcleo Administrativo e Financeiro (NAF) com a servidora Sra. Elexsandra, que, naquele momento, apresentou os valores dos recursos financeiros do PEPs 2007, 2008, 2009 e 2010 assim como informou os cursos oferecidos em cada PEP. A Sra. Linvalda Henriques informou que alguns cursos serão oferecidos pela ETSUS e outros serão licitados. Informou ainda que na próxima reunião entregará um checklist de todos os cursos, citando como está o processo de cada um e frisou: “isso é transparência”. Fez menção a importância do monitoramento pelos técnicos da SETSUS dos recursos, apontando ser responsabilidade de todos os técnicos responsáveis pelo curso fazer a gestão do curso e do recurso financeiro. A Sra. Elexsandra fez demonstração da planilha de rendimentos, apontando o detalhamento das contas 1032 e 1060, informando que no que se referia à conta 1032, começou-se a abrir os Termos de Referência dos recursos financeiros repactuados com recursos de rendimentos. Já os rendimentos de recursos da conta 1060 não poderiam ser pactuados porque só se pode utilizar rendimentos após o recurso principal ter sido executado. A Sra. Marcia Valéria informou que o projeto da Diretoria de Atenção Básica (DAP) não foi enviado para os participantes, e que a Secretaria Executiva não o recebeu a

tempo, sendo que a versão digital chegou às oito horas de quatorze de março (dia anterior ao da reunião). A Sra. Liana Bacelar - Responsável Técnica pela Área da Criança/DAP/SESAU, apresentou o Plano de Redução da Mortalidade Infantil, informou que o projeto priorizou treze municípios com taxas de mortalidade infantil significantes; fez menção às causas e apontou os eixos do projeto, sendo que os cursos preveem dezoito temas, como exemplos: - Hospital Amigo da Criança, - Método Canguru, - Aconselhamento em amamentação, - Kit para família brasileira fortalecida, - Linha de Cuidado para Atenção Integral a Saúde da Criança, Adolescentes e suas famílias em situações de violências, dentre outros. Informou que o projeto prevê capacitação para os profissionais da saúde que atuam na Atenção à Saúde da Criança na Atenção Básica e a Atenção Especializada. Demonstrou o detalhamento da planilha financeira dos cursos. A Sra. Linvalda Henriques indagou sobre o pagamento de horas/aulas, a palestrante respondeu que só seriam passíveis de pagamento de horas/aulas os cursos que necessitassem de colaboradores externos e que os cursos seriam operacionalizados *in loco*. A Sra. Maria Antônia –CIR Miracema disse ser tutora da Rede Amamenta e citou a que a maioria das mortes de neonatos acontece por falta de acesso a leitos de UTI, provocou o grupo perguntando não ser a hora de rever essa problemática “o acesso”. A Palestrante também apontou que além do acesso (leitos de UTI), há grandes dificuldades em transportar esses recém-nascidos para o centro especializado. Informou que o Plano de Redução de Mortalidade Infantil complementa a Rede Cegonha. A Sra. Valéria Aquino – Técnica da Superintendência de Vigilância e Proteção à Saúde-SVPS indagou sobre o amparo legal para garantir o pagamento de horas/aulas para os cursos. O Sr. Getúlio frisou a importância da humanização do atendimento, citou ser necessário priorizar a vida e não apelar para a justiça. A Sra. Liana-DAP, respondeu que além da humanização há necessidade de conhecimento das ações. A Sra. Linvalda Henriques apontou sobre o perfil do curso respondendo a pergunta da Sra. Valéria Aquino e indicou ainda, que outra forma legal é seleção por análise de currículo, realização de microaulas. A Sra. Liane Bacelar informou que os multiplicadores/servidores do estado não receberão horas/aulas; receberão por horas/aulas apenas os multiplicadores externos. A Sra. Valéria Aquino indagou se o projeto já tinha passado pelo Comitê de Regulação de Processos Educacionais em Saúde (CREPES) a Sra. Liane Bacelar respondeu que estão tomando as providências para encaminhamento e validação pelo CREPES. A Sra. Marcia Valéria colocou o projeto para consenso da plenária, sendo consensuado por todos participantes pela aprovação. Apenas, o Sr. Getúlio de Sousa mostrou-se desfavorável. A Sra. Linvalda Henriques fez o seguinte

encaminhamento; solicitou à representante da DAP que enviasse o projeto na íntegra para conhecimento de todos. A Sra. Adeusvi Moreira-CIR Porto Nacional reiterou a importância da proposta de encaminhamento do projeto e citou já estar encaminhado muito atrasado o projeto, pois precisava que tivesse enviado antes da reunião. Passou-se ao próximo item de pauta. A Senhorita Janay Keren - Responsável Técnica pelo Curso Auxiliar de Saúde Bucal iniciou a apresentação do curso justificando a demanda para curso para os três pólos da SETSUS, contemplando três turmas com cento e vinte alunos, sendo quarenta em cada turma contemplando os cento e trinta e nove municípios do Estado. Mencionou ter reestruturado a carga horária de seiscentos e noventa horas aulas, considerando ser necessárias mudanças na mesma, pois de acordo com o Conselho Federal de Odontologia (CFO) o curso de auxiliar precisa de carga horária de apenas trezentas horas. Informou que alguns municípios já estão demitindo os servidores que atuam na área sem a devida qualificação por exigência do CRO. Mencionou a importância das parcerias para realização das aulas práticas (laboratório), apontou os recursos humanos ser insuficientes e dificuldade na aquisição de material de insumos. A Sra. Linvalda Henriques informou sobre o credenciamento da ETSUS no Conselho Estadual de Educação para realização de cursos técnicos apenas em Palmas, mencionou a importância da regionalização desses processos e que está buscando parceiros para execução dos cursos. Informou que as demandas de processos educacionais são temporárias e que os custos para execução de um curso é muito alto, lembrando ainda que a demanda do Auxiliar de Saúde Bucal foi levantada em 2009 (dois mil e nove). A Secretária Executiva da CIB-TO, Sra. Elizangela Braga Andrade indagou sobre o número de turmas do Curso de Auxiliar de Saúde Bucal, sendo esclarecida pela apresentadora, três turmas de quarenta alunos cada. A Sra. Noledir Solange perguntou se a CIR Médio Araguaia não será contemplada com o curso de Auxiliar de Saúde Bucal, sendo informada pela expositora que não. A Sra. Linvalda Henriques informou que estão sendo elaborados os Termos de Referência para a licitação dos cursos. Citou ser a empresa licitada a executar os processos educacionais e a SETSUS monitorar os processos. Falou ainda, que não é possível dispor de recursos financeiros no valor duzentos mil reais ou trezentos mil reais para executar uma turma com apenas cinco alunos/servidores. A Sra. Juliana Bruno indagou se não seria mais viável montar essas estruturas para operacionalização dos processos educacionais. A Sra. Márcia Valéria Santana disse ser muita despesa para montar tal estrutura e que as demandas dos processos educacionais não são permanentes, mudam de acordo com o cenário. A Sra. Wilma Gomes representante da

250 Fundação de Medicina Tropical (FUNTROP) perguntou se são as empresas particulares que irão
251 executar os processos. A Sra. Marcia Valéria Santana informou que apenas vai mudar o
252 executor dos processos e que terá critérios definidos para a aprovação da mesma. A Sra.
253 Linvalda Henrique disse que vai ser a SETSUS que definirá as regras dos processos, *“vamos dizer*
254 *como queremos os processos, a empresa fará a operacionalização e a SETSUS a gestão dos*
255 *mesmos”*. Mencionou ainda, sobre a experiência negativa que a ETSUS teve com o curso de
256 Radiologia em Araguaína, que não tem espaço físico nem para montar o simulador destinado à
257 realização das aulas práticas. Frisou a dificuldade de rodar os processos educacionais, a
258 morosidade dos processos burocráticos do estado. Enfatizou a falta de estrutura para executar
259 os processos. A Sra. Andrea Siqueira Montalvão perguntou quais serão as estratégias adotadas
260 para que realmente as propostas dos processos educacionais executados por estas empresas
261 serão focados no SUS. A Sra. Janay Keren respondeu que o projeto tem uma estrutura
262 curricular e matriz já focada nos princípios do SUS. A Sra. Fabiola Sandini informou que os
263 processos serão realizados em parcerias e que serão monitorados e avaliados. A Sra. Marcia
264 Valéria Santana colocou o projeto para votação pelos membros e todos aprovaram sem mais
265 questionamentos. Continuando os trabalhos passou-se para a apresentação da Sra. Ana Paula,
266 Responsável Técnica da SETSUS pelo Projeto para Auxiliares e Técnicos de Enfermagem da
267 Estratégia de Saúde da Família, apresentando a mudança na modalidade de execução do curso
268 de presencial para Ensino a Distância (EAD). Informou o início do curso para maio do corrente
269 ano. A Sra. Inez Gonçalves citou que o processo está alinhado com o Programa Telessaúde,
270 sendo que será realizado em uma turma piloto para referência às demais. A Sra. Juliano Bruno
271 provocou o grupo, citando sua preocupação com a modalidade de ensino a distância (EAD),
272 pois a maioria dos servidores não tem habilidade em lidar com o computador e também não
273 tem computador disponível para o servidor estudar. Citou ser realmente necessário fazer uma
274 turma como teste. O Sr. Getúlio elogiou o projeto e a modalidade de ensino a distância (EAD)
275 citando que os gestores não querem liberar os servidores para fazer os cursos na modalidade
276 presencial, e com a mudança eles vão poder se inscrever e fazer o curso; e apontou a mudança
277 como louvável. A Sra. Linvalda Henriques mencionou que a princípio a modalidade de execução
278 era presencial e está solicitando a mudança para a modalidade EAD, no sentido de se utilizar
279 outras ferramentas como chat, fóruns, etc., enfatizando a importância da aquisição de material
280 didático. A Sra. Ludimila Monturil – DGRT citou a sua preocupação, reiterando a fala da Sra.
281 Juliana Bruno e indagou como cobrar dos servidores se não podem dispensá-los para se

282 qualificarem apenas uma semana mensal. Falou da sobrecarga de trabalho dos servidores,
283 tendo ainda que chegar em casa e estudar. Questionou sobre o local onde o servidor vai ter
284 internet, como será isso, indagou. A Sra. Elisangela Braga Andrade questionou sobre o custo do
285 curso. A Sra. Inez Gonçalves representante da Diretoria de Educação
286 Profissional/ETSUS/SETSUS mencionou ser necessário equilíbrio, ser articulado com o gestor e
287 citou como exemplo a articulação que será feita com as CIRs Porto Nacional e Capim Dourado.
288 Ainda respondeu a pergunta da Sra. Elisangela Braga que não foi feita planilha de custos. Citou
289 serem pactuados todos os critérios de inserção dos servidores ao curso com os gestores. A Sra.
290 Linvalda Henriques mencionou que o Programa Telessaúde será um dos temas de pauta da
291 próxima reunião. Informou que a Universidade Federal do Tocantins (UFT) já está
292 disponibilizando um ponto da Telessaúde. Os presentes consensuaram como favoráveis ao
293 projeto desde que fossem feitas articulações para o perfeito desenvolvimento do curso, como
294 acesso ao Moodle sem bloqueios. As Sras. Noledir Solange e Talita Tenório representantes das
295 CIRs Médio Araguaia e Médio Norte respectivamente, iniciaram a apresentação do projeto
296 intitulado de “Oficinas de Práticas de Educação Permanente – EP”; afirmaram ter elaborado
297 conjuntamente o projeto para a realização dessas oficinas, falaram da importância do apoio das
298 demais CIRs, da SETSUS e outros. A Sra. Marcia Valéria Santana questionou sobre as bases
299 tecnológicas apresentadas estarem muito abrangentes e orientou “enxugar” mais as referidas
300 bases tecnológicas começando pelo tema de EP e em outro momento conjuntamente com o
301 estado planejar a oficina de planificação de redes da atenção à saúde. Também citou a carga
302 horária como muito pequena para muito assunto. A Sra. Linvalda Henriques apontou que
303 apenas dois estados implantaram a rede de planificação de atenção à saúde, sendo um deles,
304 Minas Gerais. Pontuou que a SESAU ainda não dispõe de facilitadores precisando preparar
305 esses profissionais e que demanda tempo. Chamou atenção para outras CIRs começarem a
306 trabalhar em parcerias seguindo o exemplo da CIRs Médio Araguaia e Médio Norte. O Sr.
307 Edivaldo Pereira da Silva – Técnico da SETSUS, Responsável pelos NEPs, parabenizou a equipe
308 pela apresentação. Citou que os gestores precisam estar preparados para a elaboração de
309 planos de EP. A Sra. Márcia Cristina Godoy – Coordenadora de Ensino/CE/DGES/SETSUS
310 mencionou sobre o Curso de Formação de Facilitadores de Educação Permanente, citando que
311 a região será contemplada com quatro vagas. A Sra. Andrea Claudina de Freitas Oliveira –
312 Técnica da CE/DGES/SETSUS reiterou a importância de trabalhar o conceito de EP. A Sra.
313 Ludimila A. Monturil – DGRT/SESAU parabenizou a equipe e citou a implantação do Projeto de

Humanização. A Secretaria Executiva da CIES/CIB-TO - Sra. Márcia Valéria Santana reforço a fala da Márcia Cristina- CE/DGES/SETSUS e informou que a mesma tem muito a contribuir com a metodologia do projeto. A Sra. Linvalda Henriques sugeriu fazer uma carga horária de oito horas no primeiro mês e depois em outro mês, mais oito horas. Após os debates sobre o projeto, todos os presentes deram o parecer favorável. Os trabalhos prosseguiram com apresentação sobre os critérios para elaboração do PAREPS que subsidiarão o Plano de Educação Permanente (PEP), discorrido pelo Sr. Henrique Médici- Técnico do Núcleo de Planejamento e Avaliação – NPA/SETSUS. A Sra. Marcia Valéria Santana informou que os responsáveis pela elaboração dos PAREPS são as CIRs, de acordo com Portaria GM/MS/Nº. 1996/2007. O Sr. Henrique Médici apresentou os critérios para elaboração do PAREPS: 1. Público alvo - profissionais da Atenção Primária (nos municípios); 2. Indicadores de saúde (morbimortalidade – os projetos de processos educacionais em saúde deverão observar as maiores causas de morbimortalidade: Doenças do Aparelho Circulatório e Causas Externas); 3. Competências/pactuações – Atenção Primária e fortalecimento das redes; 4. Adesão ao Pacto pela Saúde (critério nato com a portaria GM/MS/Nº 1996/2007); e 5. Existência de Núcleo de Gestão de Educação na Saúde (NEP) municipal. A Sra. Juliana Bruno perguntou como seria o NEP, o Sr. Henrique Médici respondeu que através do ATO. A Sra. Juliana Bruno citou existir três NEPS no município de Palmas que os mesmos exercem ações de educação, então nesse caso seria necessário caracterizar o NEP. O Sr. Edivaldo Pereira da Silva- NEP/NPA/SETSUS mencionou ser necessário o município responsável por esses NEP's caracterizar bem esses espaços, orientou pensar nas ações de cada um. A Sra. Valéria Aquino- NEP/SVPS indagou se para elaboração dos processos educacionais, ainda seria necessário passar com esses projetos pelo CREPES. A Sra. Linvalda Henriques confirmou positivamente, mencionou também o fechamento dos critérios para os municípios executar os cursos, informando também o repasse do recurso financeiro. O Sr. Henrique Médici orientou cuidado com relação à sobreposição de temas entre os municípios e as áreas técnicas responsáveis pela temática informando que o município assumirá a ação. A Sra. Márcia Valéria frisou sobre os aspectos que serão minimizados com as pactuações entre os municípios e as áreas técnicas da SES, tais como as duplicidades de ações educativas, o que acarretaria em maior eficiência na execução de recursos. O Sr. Henrique Médici apresentou o instrumento de pactuação do município com as áreas técnicas da SES. A Sra. Linvalda Henriques informou que a proposta é descentralizar os processos educacionais inclusive os recursos financeiros e que naquele momento, estava-se apresentando as regras do jogo, antes de

346 começar a jogar. Informou ainda que os municípios operacionalizariam cursos de curta duração
347 até cento e oitenta horas, sendo que o próprio município expedirá o certificado ou declaração.
348 Apontou que os cursos com maior carga horária serão de responsabilidade do Estado, por meio
349 da SETSUS. A Sra. Elizangela Braga Andrade - CIB-TO indagou sobre a estruturação do PAREPS,
350 se os municípios podem planejar conjuntamente com outros municípios o Plano Regional. A
351 Sra. Linvalda Henriques respondeu confirmando o planejamento de vários municípios, mas
352 informou que apenas um município receberá o recurso financeiro. O Sr. Edivaldo Pereira
353 aproveitou a discussão para fazer a leitura de alguns pontos da portaria de EP para esclarecer
354 sobre a pactuação entre municípios. A Sra. Elizangela - CIB-TO enfatizou a importância dessa
355 pactuação entre os envolvidos no processo e foi reiterada pela SE/CIES/CIB-TO – Sra. Márcia
356 Valéria, que colocou os critérios para consenso entre os membros da CIES presentes, sendo o
357 consenso positivo. Em seguida, foi apresentada uma proposta de calendário pela Secretária
358 Executiva/CIES/CIB-TO para 2012, sendo solicitadas sugestões. Nenhuma sugestão foi
359 apresentada. Passou-se ao informe pela CE/DGES/SETSUS - Sra. Márcia Cristina Godoy que
360 falou sobre o andamento do Curso de Aperfeiçoamento em Processos Educacionais em Saúde a
361 ser realizado pela SETSUS, sendo que próxima etapa seria a seleção de docentes; avisou que
362 cada CIR teria direito a uma vaga para o curso; sobre o Curso de Especialização em Gestão do
363 Trabalho e Educação na Saúde, ela afirmou estar esperando o Termo de Referência para dar
364 encaminhamento ao processo. Sem mais a tratar, após as considerações finais, a Secretária
365 Executiva da CIES/CIB-TO mencionando que a reunião foi produtiva para a CIES e felicitando a
366 todos, encerrou a reunião, às dezoito horas e dois minutos. Concluídos os assuntos de pauta,
367 eu, Márcia Valéria Ribeiro de Queiroz Santana, lavrei esta ata que, após lida e aprovada,
368 anexar-se-á à lista de presença. Palmas - TO, quinze de março de dois mil e doze.